

ILICITUDE DE PROVAS NO PROCESSO PENAL E A PESCARIA PROBATÓRIA

Adilson Ataíde Cunha Franklin¹

Caique Breno Lopes Pereira²

Adirson Antônio Glório de Ramos³

RESUMO

O trabalho discorreu sobre a ilicitude de provas no processo penal à luz das garantias fundamentais, citando suas origens históricas e seus impactos atuais. Questiona-se a (in)eficácia inerente ao conjunto de normas que regulamentação no processo criminal, de forma que tornam nulas a maioria das práticas realizadas pelas autoridades policiais para a elucidação dos fatos. Assim, o objetivo geral do trabalho é a reflexão crítica de decisões, cujo a relevância é de repercussão geral. Ademais, descreveu o conceito de pescaria probatória e analisou decisões de cortes superiores nacionais acerca dos temas tratados. Por meio da pesquisa bibliográfica, conclui-se que a prerrogativa do juízo de garantias, acarreta na não aplicabilidade efetiva do direito penal, criando cenários de impunidade.

PALAVRAS-CHAVE: processo penal; provas; ilicitude; pescaria probatória; repercussão geral.

ABSTRACT

The work discussed the illegality of evidence in criminal proceedings in light of fundamental guarantees, citing its historical origins and current impacts. The (in)effectiveness inherent to the set of rules that regulate the criminal process is questioned, in a way that renders null the majority of practices carried out by police authorities to elucidate the facts. Thus, the general objective of the work is the critical reflection of decisions, whose relevance has general repercussions. Furthermore, it described the concept of probationary fishing and analyzed decisions from national higher courts on the topics covered. Through bibliographical research, it is concluded that the prerogative of the guarantee court results in the effective non-applicability of criminal law, creating scenarios of impunity.

KEYWORDS: criminal proceedings; evidences; illicitness; probationary fishing; general repercussion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 DESENVOLVIMENTO. 2.1 CONCEITO DE PROVA ILÍCITA. 2.2 CASO DO EX-PRESIDENTE FERNANDO COLLOR DE MELO. 2.3 CONCEITO DE

¹ Graduando em Direito na Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale).

² Graduando em Direito na Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale).

³ Graduação em Curso de Formação de Oficiais (CFO) pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Bacharel em Direito pela Direita e Mestrado em Direito pela Fundação Universidade de Itaúna (2009). Advogado. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Segurança Pública (Ciências Militares), atuando principalmente nos seguintes temas: Poder Judiciário, Constituição, processo constitucional, controle de constitucionalidade, segurança pública e direitos e garantias fundamentais.

FISHING EXPEDITION. 2.4 FISHING EXPEDITION E O CASO ANDRÉ DO RAP. 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho critica a ilicitude de provas no processo penal e o entendimento sobre pescaria probatória também reconhecida como fishing expedition. Para melhor elucidação prática, referente a ilicitude probatória, foi necessário a análise de duas decisões proferidas pelos tribunais superiores Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em ambos os processos, foram proferidas decisões quase que inteiramente sobre a licitude das provas. Sendo o primeiro, a ação penal tinha como principal réu o ex-presidente Fernando Collor de Mello, que na ocasião era investigado por corrupção passiva (art. 317 caput, do CP). Enquanto o segundo, trata-se da sentença do STJ que julgou o *Habeas Corpus* nº 153988, onde a principal tese discutida, abordava sobre pescaria probatória ou fishing expedition, também é de relevância notar que, este recurso foi impetrado por André Oliveira Macedo, também conhecido pela alcunha de “André do Rap”, sendo este um dos líderes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é a reflexão crítica de decisões, cujo a relevância é de repercussão geral. Tendo como objetivos específicos demonstrar e compreender, a ineficácia inerente ao conjunto de normas que regulamentação o processo criminal, de forma que tornam nulas a maioria das práticas realizadas pelas autoridades policiais para a elucidação dos fatos, a crítica de decisões, cujo a relevância é de repercussão geral.

Como procedimento metodológico, utilizou-se documentação indireta, valendo-se de pesquisa bibliográfica com a finalidade de proporcionar melhores e mais precisas informações sobre o tema.

O texto está dividido em duas partes, além desta introdução. O capítulo dois descreve sobre prova ilícita e o caso do ex-Presidente Fernando Collor de Melo, bem com o conceito de fishing expedition e o caso do André do Rap. O terceiro expõe as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONCEITO DE PROVA ILÍCITA

O direito de não produzir provas contra si mesmo é previsto no artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988). A origem história de tais dispositivos se remete ao fim da Idade Média, era em que julgamentos inquisitivos, muitas vezes promovidos sob tortura e “de acordo com a vontade divina” eram a regra. Com a promulgação do Bill of Rights (Cartas de Direitos) em 1689, uma série de direitos individuais e proteção do indivíduo frente ao poder monárquico foram instituídos.

A ilicitude de provas é matéria diretamente ligada às garantias fundamentais, sendo inadmissível a procedência de provas obtidas por meios ilícitos, conforme previsto no art. 5º, LVI, da Constituição Federal “[...] são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos” (BRASIL, 1988, p. 4), nesse sentido, Moraes (2022, p. 96). Direito Constitucional:

São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, garante o art. 5º, LVI, da Constituição Federal, entendendo-as como aquelas colhidas em infringência às normas do direito material (por exemplo, por meio de tortura psíquica, quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico sem ordem judicial devidamente fundamentada), configurando-se importante garantia em relação à ação persecutória do Estado.

Além do texto constitucional, o Código de Processo Penal reforça em seu art. 157 que “[...] são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais” (BRASIL, 1941, p. 17), com base na disposição do CPP o doutrinador Guilherme de Souza Nucci entende que:

[...] a partir da nova redação conferida ao art. 157, caput, do CPP, soa-nos nítida a inclusão, no termo maior provas ilícitas, daquelas que forem produzidas ao arrepio das normas constitucionais ou legais. Logo, infringir a norma constitucional ou qualquer lei infraconstitucional (direito material ou processual), pois não fez o referido art. 157 nenhuma distinção, torna a prova

ilícita. Este é, pois, o gênero e não a espécie (NUCCI, 2022, p. 451).

Mesmo versando sobre matéria constitucional, existem discussões principalmente fora do âmbito jurídico, sobre a possibilidade da validação de provas mesmo sendo ilícitas, uma vez que a verdade dos fatos deve ser o principal fator em uma sentença penal condenatória. Porém mesmo existindo apelo popular, que é voltado para a condenação independente da licitude probatória, o judiciário tende a proferir decisões como na Ação Penal 307-3-DF, cujo Ministro Relator era Ilmar Galvão, o plenário do STF decidiu que:

[...] é indubitável que a prova ilícita, entre nós, não se reveste da necessária idoneidade jurídica como meio de formação do convencimento do julgador, razão pela qual deve ser desprezada, ainda que em prejuízo da apuração da verdade, no prol do ideal maior de um processo justo, condizente com o respeito devido a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, valor que se sobreleva, em muito, ao que é representado pelo interesse que tem a sociedade numa eficaz repressão aos delitos. É um pequeno preço que se paga por viver-se em Estado de Direito democrático. A justiça penal não se realiza a qualquer preço. Existem, na busca da verdade, limitações impostas por valores mais altos que não podem ser violados, ensina Heleno Fragoso, em trecho de sua obra *Jurisprudência Criminal*, transcrita pela defesa. A Constituição brasileira, no art. 5º, inc. LVI, com efeito, dispõe, a todas as letras, que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos (AP-307, 1994, p.2189).

Com base nas disposições normativas, o devido processo legal predomina sobre a veracidade dos fatos. De fato, às garantias fundamentais devem sobrepor o poder punitivo do estado, entretanto até que ponto a garantia de direitos individuais devem afastar a punibilidade de condutas que perturbam a ordem pública?

2.2 CASO DO EX-PRESIDENTE FERNANDO COLLOR DE MELO

De acordo com os autos, o crime de corrupção passiva havia sido supostamente cometido em concurso de pessoas, envolvendo o ex-presidente acima citado, junto de seu secretário Cláudio Francisco Vieira e do empresário Paulo César Siqueira Cavalcante Farias, também conhecido como PC Farias. A denúncia que

originou o processo relatava três episódios que configuram a prática de corrupção passiva.

Conforme a ementa da AP 307, a tese de defesa do ex-presidente Collor, no tocante a ilicitude das provas para a materialidade do crime de corrupção passiva foi a seguinte:

Inadmissibilidade, como prova, de laudos de degravação de conversa telefônica e de registros contidos na memória de micro computador, obtidos por meios ilícitos (art. 5º, LVI, da Constituição Federal); no primeiro caso, por se tratar de gravação realizada por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, havendo a degravação sido feita com inobservância do princípio do contraditório, e utilizada com violação à privacidade alheia (art. 5º, X, da CF); e, no segundo caso, por estar-se diante de microcomputador que, além sido apreendido com violação de domicílio, teve a de ter memória nele contida sido degradada ao arrepio da garantia da inviolabilidade da intimidade das pessoas (art. 5º, X e XI, da CF). (AP-307, 1994, p. 2104).

No primeiro episódio relatado, Fernando Collor por meio de PC Farias, requereu dinheiro que em tese seria para a campanha eleitoral de candidato a Deputado Federal.

No segundo, o ex-presidente supostamente havia desenvolvido gestões por intermédio do Secretário-Geral da Presidência da República ao lado da direção de empresas estatais, que visavam a aprovação de financiamentos que beneficiariam terceiros de formas privilegiadas.

No último episódio referente ao crime do art. 317, a nomeação do Secretário Nacional dos Transportes, em que a denúncia alegava, ser influenciada por transação de enorme quantia a ser paga por empreiteira ao então presidente Collor, sendo que o diretor da empreiteira em questão, era indicação direta de PC Farias, cujo o mesmo receberia parcela dos valores.

A decisão do STF acolheu a preliminar da defesa, e declarou inadmissível a prova consistente no laudo de degravação de conversa telefônica e no laudo de degravação de registro de memória de computador, resultando na absolvição de Fernando Collor, devido a seguinte fundamentação:

Preliminarmente, há de ser apreciado o requerimento da defesa de PAULO

CÉSAR FARIAS e também de interesse direto do ex-Presidente FERNANDO COLLOR --, relativo à declaração da inadmissibilidade processual, [como prova, do teor de uma conversa telefônica envolvendo aquele acusado, o ex-Ministro Bernardo Cabral e a testemunha Sebastião Curió. Foi ele obtido por meio de gravação clandestina, em fita cassete, efetuada por iniciativa do último deles, sem qualquer conhecimento dos seus dois interlocutores. No mesmo sentido, da prova consubstanciada no texto do postula-se referente a exclusão da memória da extraída dos registros aos microcomputadores da empresa VERAX, do Grupo PAULO CÉSAR FARIAS, que teria sido ilegalmente apreendido nos escritórios da entidade (AP-307, 1994, p. 2168).

A prova em questão, foi obtida através de testemunha, que apresentou a gravação dos diálogos diretamente à Polícia Federal, as conversas apresentadas eram entre Fernando Collor que ocupava a função de Presidente da República, junto de seu então ministro Bernardo Cabral e a testemunha Sebastião Curió. Quanto à segunda prova, trata-se de registros extraídos da memória de microcomputadores da empresa VERAX que pertencia ao Grupo PAULO CÉSAR FARIAS. Como a testemunha deveria ter agido? Uma vez a testemunha fez uso dos meios existentes para provar a prática iminente de um crime? Como a autoridade policial deveria conduzir as investigações para garantir a aplicabilidade da lei penal, de fato típico comprovado por provas em tese ilícita?

2.3 CONCEITO DE FISHING EXPEDITION

Antes da análise da segunda decisão, é necessário a conceituação de fishing expedition, sendo assim, de acordo com Alexandre Moraes da Rosa, uma das principais mentes a discutir o tema no país, ensina que a pescaria probatória ocorre quando investigações e buscas policiais extrapolam os limites permitidos por seus respectivos mandados ou ainda, ocorrem sem a fundada “causa provável”.

Fishing Expedition ou Pescaria Probatória é a procura especulativa, no ambiente físico ou digital, sem “causa provável”, alvo definido, finalidade tangível ou para além dos limites autorizados (desvio de finalidade), de elementos capazes de atribuir responsabilidade penal a alguém. É a prática relativamente comum de se aproveitar dos espaços de exercício de poder para subverter a lógica das garantias constitucionais, vasculhando-se a intimidade, a vida privada, enfim, violando-se direitos fundamentais, para além dos limites legais (ROSA, 2021, p. 389).

Defende ainda, que as decisões judiciais que determinam restrição de direitos fundamentais, como buscas e apreensões, devem ser devidamente fundamentadas e estabelecer os limites de seus atos a fim de resguardar direitos que não sejam alvo daquelas diligências.

A diligência de busca e apreensão, por exemplo, não é um direito ao “scanner” da casa do alvo, ou seja, obtido o objeto da medida cautelar, inexistindo crime permanente ou objetos encontrados no decorrer da diligência, a continuidade da “devassa”, revirando gavetas e demais cômodos etc., configura excesso e/ou abuso de atuação policial (desvio de finalidade) (ROSA, 2021, p. 389).

Com base na doutrina de Alexandre de Moraes Rosa e decisão acima mencionada, qual deve ser a conduta da autoridade policial no cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão? Uma vez que a autoridade policial tem o dever de elucidar os fatos de suposta atividade ilícita. Como em circunstâncias críveis e em consonância com as disposições que defendem a ideia fishing expedition, um policial deve agir quando houver atividades ilícitas além das descritas no mandado judicial?

2.4 FISHING EXPEDITION E O CASO ANDRÉ DO RAP

No dia 11 de abril de 2023, a sexta turma do Superior Tribunal de Justiça julgou o Recurso em Habeas Corpus nº 153988, impetrado por André Oliveira Macedo - conhecido como André do Rap - e decidiu, por unanimidade, na ilegalidade da busca e apreensão efetuada na cidade de Angra dos Reis, com a consequente devolução dos bens apreendidos, fundamentada na pescaria probatória e em ilicitude de provas.

RECURSO EM HABEAS CORPUS. CUMPRIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. DESVIO DE FINALIDADE E FISHING EXPEDITION. ILICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS. TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS PROVIDO.

1. De acordo com o disposto no art. 293 do CPP, para ingressar em domicílio a fim de dar cumprimento a mandado de prisão, o executor primeiro deve intimar o morador a entregar o foragido e, depois, em caso de desobediência, se durante o dia, a autoridade – com duas testemunhas – poderá adentrar o imóvel.
2. No caso dos autos, além de não haver sido observado o procedimento legal previsto no referido dispositivo, nem sequer se sabia, com segurança, se o réu estava ou não dentro da casa, haja vista que o mandado de prisão foi cumprido a partir de informações anônimas de que o investigado estava em determinada residência. Não havia fundadas razões de que o alvo estaria, de fato, no interior daquela casa.
3. Ainda que seguido o procedimento legal descrito no art. 293 do CPP e ainda que admitida a possibilidade de ingresso no domicílio para a captura do recorrente a fim de dar cumprimento ao mandado de prisão, isso não bastaria para validar a apreensão de diversos bens – aparelhos celulares, computadores etc. – dentro do referido local. Quando o cumprimento do mandado de prisão ocorrer no domicílio do investigado, é permitido apenas o seu recolhimento e o dos bens que estejam na sua posse direta, como resultado de uma busca pessoal (art. 240 do CPP), mas não de todos os objetos guardados no imóvel que possam, aparentemente, ter ligação com alguma prática criminosa.
4. A obtenção de elementos de convicção ou de possíveis instrumentos utilizados na prática de crime – ainda que seja ao tempo do cumprimento da ordem de prisão no domicílio do réu – exige autorização judicial prévia, mediante a expedição do respectivo mandado de busca e apreensão (art. 241 do CPP), no qual devem ser especificados, dentre outros, o endereço a ser diligenciado, o motivo e os fins da diligência (art. 243 do CPP), o que, no entanto, não ocorreu. É de se destacar, também, que muitos dos bens apreendidos se encontravam em outras residências do condomínio e que o local onde o recorrente foi detido nem sequer era sua residência.
5. Por se tratar de medida invasiva e que restringe sobremaneira o direito fundamental à intimidade, o ingresso em morada alheia deve se circunscrever apenas ao estritamente necessário para cumprir a finalidade da diligência. É o que se extrai da exegese do art. 248 do CPP, segundo o qual, "Em casa habitada, a busca será feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência".
6. É ilícita a prova colhida em caso de desvio de finalidade após o ingresso em domicílio, seja no cumprimento de mandado de prisão ou de busca e apreensão expedido pelo Poder Judiciário, seja na hipótese de ingresso sem prévia autorização judicial, como ocorre em situação de flagrante delito. O agente responsável pela diligência deve sempre se ater aos limites do escopo – vinculado à justa causa – para o qual excepcionalmente se restringiu o direito fundamental à intimidade, ressalvada a possibilidade de encontro fortuito de provas.
7. Na hipótese, a apreensão de diversos objetos supostamente relacionados à prática de crimes, tais como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e associação para o narcotráfico, não decorreu de mero encontro fortuito enquanto se procurava pelo recorrente, mas sim de verdadeira pescaria probatória dentro da residência, totalmente desvinculada da finalidade de apenas capturá-lo para fins de cumprimento do mandado de prisão. Ademais, conforme descrito no boletim de ocorrência, nenhum dos bens apreendidos se encontrava na posse do ora recorrente. A ordem judicial era, tão somente, de prisão. De igual modo, é de se ressaltar que o caso não revela qualquer possibilidade de fonte independente, porquanto não há nenhum elemento concreto capaz de indicar que os agentes estatais pudessem vir a localizar e apreender os referidos bens, se não houvesse o cumprimento do mandado de prisão no interior da residência.
8. Uma vez que não houve prévia autorização judicial para a realização de busca e apreensão na residência do recorrente, deve ser reconhecida a

ilicitude das provas por tal meio obtidas e, por conseguinte, de todos os atos delas decorrentes (art. 157 do CPP).

9. Porque reconhecida a ilicitude das provas obtidas em desfavor do recorrente por meio da medida de busca e apreensão – da qual resultou, entre outros, a apreensão de celulares –, bem como de todas as provas das que delas decorreram, fica prejudicada a análise da alegação de que a decisão de quebra do sigilo eletrônico/telemático dos celulares apreendidos não teria sido concreta e suficientemente fundamentada.

10. Recurso em habeas corpus provido, a fim de reconhecer a nulidade da busca e apreensão de todos os bens efetuada em setembro de 2019 durante o cumprimento de mandado de prisão expedido em desfavor do ora recorrente e, por conseguinte, declarar a ilegalidade da apreensão e revogar a constrição desses bens. Consequentemente, fica determinado o trancamento do IP n. 2270947- 60.2019.200602, judicializado na forma do Processo n. 1528907-91.2019.8.26.0050 em São Paulo – SP. (BRASIL, 2023, p. 1).

Em que pese ser necessário maior análise da ilegalidade ou não dessa busca e apreensão, uma vez que os crimes imputados ao réu são permanentes - tráfico de drogas, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro - surgiu nesse caso, mais um absurdo jurídico pátrio: a polícia civil do estado de São Paulo foi obrigada a devolver carros, lanchas e até helicópteros a uma pessoa com robustos indícios e provas cabais de envolvimento com a maior organização criminosa do país: o Primeiro Comando da Capital.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a de se notar que, independentemente de haver autoria e materialidade para a configuração de um crime, uma vez que o judiciário interpreta, a existência de violação de garantias individuais, os atos praticados pela autoridade policial se tornam ilegais, acarretando na nulidade das provas, mesmo elas expondo a veracidade sobre os fatos.

De fato, a existência de um juízo de garantias é primordial para qualquer estado democrático de direito, no entanto a dignidade da pessoa humana não deve se tornar sinônimo de impunidade.

Há de se notar que, muito se discute o art. 5º da Constituição, que em seus setenta e nove incisos, versam sobre as garantias fundamentais individuais, entretanto pouco se fala sobre o art. 3º da CRFB/88, que preveem os objetivos fundamentais do Estado, estão entre eles construir uma sociedade livre, justa e

solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nota-se que, as decisões apresentadas demonstram e refletem, total contradição aos princípios que norteiam a existência de um Direito Penal, cujo mesmo conforme o doutrinador Rogério Greco tem como finalidade “Com o direito penal objetiva-se tutelar os bens que, por serem extremamente valiosos, não do ponto de vista econômico, mas sim político, não podem ser suficientemente protegidos pelos demais ramos do direito”

Referente ao primeiro processo, as conversas gravadas por terceiro, expõe a configuração de delito, e mesmo em virtude de lei, o STF repudiou a conduta da testemunha sendo taxada como clandestina. Quanto ao segundo processo, se os policiais em questão estavam cumprindo determinação judicial de busca e apreensão, e apenas cumprindo o exercício da função, a conduta praticada foi rotulada com ilegal, e em decorrência destes fatos foram obrigados a devolver a propriedade de um criminoso foragido.

Com base nestas decisões proferidas pelos tribunais superiores, além dos questionamentos já existentes ficam os seguintes: Qual outra forma a testemunha teria de provar a existência do crime? Por que é necessário a autorização do autor do crime, para que alguém possa-o registrar cometendo o delito? Como um objeto extraído de uma pessoa jurídica viola o direito à intimidade? Como a apreensão dos bens foi ilegal? Como bens de alto valor, não são possíveis provas de crime de natureza patrimonial?

O STF, que é considerado o “Guardião da Constituição”, ignora completamente o objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional, uma vez que ignora um crime praticado diretamente contra a República Federativa, nem se quer caçando os direitos políticos de um réu que foi inocentado apenas por norma processual.

Como a apreensão dos bens foi ilegal? Como bens de alto valor, não são possíveis provas de crime de natureza patrimonial?

Essa decisão nada mais é do que um escárnio com o objetivo fundamental de erradicar a marginalização, uma vez que é devolvido patrimônio milionário, para um dos líderes daquela que pode ser a maior facção da história deste país.

Em conclusão fica entendido que, no cenário jurídico atual, tanto o STF e STJ, determinam circunstâncias que quase não são minimamente críveis, para que as autoridades policiais realizem qualquer inquérito, que resulte em sentença penal condenatória, criando assim um sentimento nacional de impunidade, deixando a população brasileira cada vez, mais desacreditada da seriedade das normas vigentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 129, de 05.07.2023. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, RJ: **Diário Oficial da União**, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso em Habeas Corpus** nº 153988 - SP. Recurso em habeas corpus. Cumprimento de mandado de prisão preventiva. Realização de diligência de busca e apreensão. Ausência de prévia autorização judicial. Desvio de finalidade e fishing expedition. Ilícitude das provas obtidas. Teoria dos frutos da árvore envenenada. Trancamento do inquérito policial. Recurso em habeas corpus provido. Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz, 11 de abril de 2023. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num_registro=202102968766. Acesso em: 12 jun. 2023.

FISHING EXPEDITION. Merriam-Webster.com. Legal Definition. 2018. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/fishing%20expedition>. Acesso em: 12 jun. 2023. (tradução livre do original)

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: artigos 1º a 120 do Código Penal. v.1. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771493. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771493/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559774944. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774944/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de direito processual penal**. São Paulo: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646838. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646838/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Guia do processo penal estratégico: de acordo com a Teoria dos Jogos**. Santa Catarina: Emais, 2021. Disponível em: [https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Alexandre%20Moraes%20da%20Rosa%20%20%20Guia%20Compacto%20do%20Processo%20Penal%20Conforme%20a%20Teoria%20dos%20Jogos%20\(1\).pdf](https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Alexandre%20Moraes%20da%20Rosa%20%20%20Guia%20Compacto%20do%20Processo%20Penal%20Conforme%20a%20Teoria%20dos%20Jogos%20(1).pdf). Acesso em: 12 jun. 2023.